

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
Apresentação à 2. ^a edição	9

Capítulo I
DIREITO PROCESSUAL

1. Origens do direito processual	25
2. Autonomia do direito processual civil e sua relação com os outros ramos do direito	27
2.1 Direito constitucional	28
2.2 Direito administrativo e tributário	31
2.3 Direito civil e comercial	32
2.4 Direito processual do trabalho	32
2.5 Direito penal	33
3. Sub-ramos do direito processual	34
4. Direito processual e direito material	36

Capítulo II
JURISDIÇÃO

1. Esboço histórico	38
2. Estado de Direito – Noção	38
3. Função jurisdicional	39
3.1 Jurisdição civil	40
4. Natureza da função jurisdicional do Estado	40
4.1 Características da função jurisdicional	43
4.2 Princípios fundamentais da jurisdição	50
5. Garantias do juiz	51
6. Função jurisdicional e controle dos atos administrativos	53
7. Substitutivos da jurisdição	55

Capítulo III
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

1. Organização judiciária	58
2. Organização judiciária, processo e procedimento	60
3. Jurisdição extraordinária	62
4. Competência – Uma primeira noção	62
5. Órgãos judiciários	62
6. Conselho Nacional de Justiça	64

Capítulo IV
FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA E AUXILIARES DA JUSTIÇA

1. O Ministério Público	66
2. O advogado	72
3. Os auxiliares da justiça	75

Capítulo V
COMPETÊNCIA

1. Definição e noções gerais	77
2. Incompetência absoluta	80
3. Incompetência relativa	81
4. Foro e juízo	82
5. Competência quando forem partes União, Estados e Municípios	82
6. “Competência” internacional e competência interna	83
6.1 Imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros	84
7. Competência exterior e competência interior	85
8. Competência em razão da matéria – Absoluta	85
9. Competência funcional – Absoluta	86
10. Competência em razão do valor – Relativa	87
10.1 Competência dos Juizados Especiais	89
11. Competência territorial – Relativa	90
11.1 Hipóteses de competência territorial	90
11.2 Competência dos foros regionais	90
12. Foros especiais e análise do art. 100	92
13. Modificação de competência	96
13.1 Foro de eleição (vontade)	96
13.2 Conexão	97
13.3 Continência	98
13.4 Prorrogação de competência (inércia)	98
14. Ações envolvendo pedido de indenização decorrente de acidente do trabalho	99
15. Ação cautelar	100
16. Mandado de segurança	102

Capítulo VI
PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL

1. Introdução	104
2. Princípio do devido processo legal (<i>due process of law</i>) (art. 5.º, LIV, da CF/88)	105
2.1 Conteúdo do princípio – A atuação da Suprema Corte norte-americana	106
3. Princípio da isonomia (art. 5.º, <i>caput</i> , I, da CF/88)	109
3.1 A regra do art. 188 do CPC e o princípio constitucional da isonomia	110
3.1.1 Significado da expressão “contestar”	111
3.1.2 Significado da expressão “Fazenda Pública”	111
3.2 Condenação em honorários advocatícios	112
3.3 Adiantamento de despesas processuais	112
3.4 Remessa obrigatória	114
3.5 Tratamento privilegiado aos idosos	115
4. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional (art. 5.º, XXXV, da CF/88) .	116
4.1 Justiça desportiva – Um caso excepcional	119
4.2 Exigência de depósito prévio em ações tributárias	120
4.3 Ação rescisória	120
5. Princípio do juiz e do promotor natural	121

6. Princípio do contraditório e da ampla defesa	123
6.1 A citação	126
6.2 Liminar <i>inaudita altera parte</i>	127
7. Princípio da proibição da prova ilícita	128
8. Princípio da publicidade dos atos processuais	130
9. Princípio da motivação das decisões judiciais	131
10. Princípio da independência da magistratura	132
11. Princípio do duplo grau de jurisdição	134
12. Conclusões	135

Capítulo VII TEORIA DA AÇÃO

1. Noções gerais – Conceito de ação	136
2. Evolução	138
3. Natureza jurídica da ação	145

Capítulo VIII CONDIÇÕES DA AÇÃO

1. Introdução ao tema	146
2. Possibilidade jurídica do pedido	153
3. Interesse processual	155
4. Legitimidade <i>ad causam</i>	156
4.1 Considerações acerca da legitimidade nas ações coletivas. Primeiras noções .	158

Capítulo IX PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1. Relação jurídica processual	162
2. Existência da relação jurídica processual	164
2.1 Petição inicial	165
2.2 Jurisdição	165
2.3 Citação	166
2.4 Capacidade postulatória	166
3. Pressupostos processuais de validade da relação jurídica processual	168
3.1 Petição inicial apta	168
3.2 Competência do juízo e imparcialidade do juiz	169
3.3 Capacidade processual e legitimação processual	170
4. Pressupostos processuais negativos	174

Capítulo X LITISPENDÊNCIA E COISA JULGADA

1. Noções	176
2. Classificação das ações	190
3. Elementos da ação	194
3.1 Identidade de partes	194
3.2 Identidade de pedido (objeto)	194
3.3 Identidade de causa de pedir (<i>causa petendi</i>)	196

Capítulo XI
LITISCONSÓRCIO

1. Conceito	201
2. Diversidade de classificações	202
2.1 Litisconsórcio inicial e ulterior	202
2.2 Litisconsórcio necessário e facultativo	204
2.3 Litisconsórcio unitário e simples	204
2.4 Litisconsórcio eventual e litisconsórcio alternativo	205
2.5 Litisconsórcio sucessivo	207
3. Limitação do número de litisconsortes	208
4. Hipóteses de litisconsórcio facultativo e necessário	212
4.1 Litisconsórcio facultativo	213
4.2 Litisconsórcio necessário	216
5. Litisconsórcio simples e unitário	222
6. Exclusão de um litisconsorte	225
7. Outras regras relacionadas ao litisconsórcio	227

Capítulo XII
ASSISTÊNCIA

1. Introdução	229
2. Assistência simples	229
3. Interesse jurídico e interesse de fato	230
4. Procedimento	231
4.1 O recurso de terceiro prejudicado	234
5. Assistência litisconsorcial	236
6. A intervenção da União e pessoas jurídicas de direito público – Lei 9.469/97	237

Capítulo XIII
DENÚNCIAÇÃO DA LIDE

1. Introdução	240
2. Hipóteses	244
3. Procedimento	250

Capítulo XIV
CHAMAMENTO AO PROCESSO E NOMEAÇÃO À AUTORIA

1. Chamamento ao processo	254
1.1 Formação do litisconsórcio no chamamento	256
1.2 Hipóteses de chamamento ao processo	257
1.3 Procedimento e natureza do chamamento ao processo	261
1.4 Chamamento ao processo no CDC	263
2. Nomeação à autoria	265

Capítulo XV
OPOSIÇÃO

1. Definição	271
2. Procedimento	272

2.1	Momentos em que a oposição pode ser oferecida e suas conseqüências	274
2.1.1	Oposição antes da audiência	274
2.1.2	Oposição depois da audiência	275

Capítulo XVI

NULIDADES PROCESSUAIS

1.	Considerações gerais	278
2.	Momento da alegação da nulidade	284
3.	Invalidades de fundo e de forma	285
3.1	Regime jurídico das invalidades	288
4.	Ausência de intimação do Ministério Público	289
5.	Conseqüência da anulação dos atos processuais	289

Capítulo XVII

FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

1.	Formação do processo	291
2.	Suspensão do processo	293
2.1	Hipóteses de suspensão do processo	293
3.	Hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito e casos em que há resolução do mérito	297
3.1	Extinção sem resolução do mérito	298
3.2	Hipóteses em que há resolução do mérito	301

Capítulo XVIII

O TEMPO NO PROCESSO

1.	Introdução	305
2.	Princípios processuais relacionados com a teoria dos prazos	305
3.	Classificação dos prazos: peremptórios e dilatórios	309
3.1	Prazos comuns e particulares	310
3.2	Prazos legais e judiciais	311
3.3	Prazos próprios e impróprios	311
4.	Contagem dos prazos	311
5.	Principais prazos estabelecidos em lei	314
6.	Preclusão	314
7.	Benefícios dos arts. 188 e 191 do CPC	317

Capítulo XIX

COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

1.	Citação	321
1.1	Efeitos da citação	323
1.1.1	A interrupção da prescrição e o art. 202, I, do Código Civil	324
1.1.2	Efeitos da citação propriamente ditos	327
1.2	Formas de citação	330
1.2.1	Citação pelo correio	331
1.2.2	Citação por edital	333
1.2.3	Citação com hora certa	334
1.3	Considerações gerais sobre o ato citatório	335

1.4	Procedimento da citação pelo correio	336
1.4.1	Procedimento da citação por oficial de justiça	337
1.4.2	Procedimento da citação com hora certa	337
1.4.3	Procedimento da citação por edital	338
2.	Intimações	338
2.1	Forma de realização das intimações	339
2.2	Efeitos e aperfeiçoamento das intimações	342
3.	Cartas (precatória, rogatória e de ordem)	343

Capítulo XX PETIÇÃO INICIAL

1.	Introdução	348
1.1	Distribuição originária e por dependência (conexão e continência)	349
2.	Requisitos da petição inicial	354
3.	O valor da causa	359
4.	Petição inicial e silogismo	360
5.	O pedido	361
6.	Indeferimento da petição inicial	367
6.1	O art. 285-A	369

Capítulo XXI CONTESTAÇÃO

1.	Noções introdutórias	373
2.	O art. 301 – Conteúdo processual da contestação	379
2.1	Hipóteses dos incs. I a XI do art. 301	380
3.	Prazo e requisitos	383
4.	Impugnação específica dos fatos alegados pelo autor – Ônus do réu	387
5.	Hipóteses de afastamento da presunção de que trata o art. 302 – Análise dos incisos I a III	391
6.	Requerimento e produção de provas	393

Capítulo XXII EXCEÇÕES

1.	Noções introdutórias	396
2.	A exceção de incompetência	398
3.	A exceção de suspeição	399
4.	A exceção de impedimento	400
5.	Suspeição e impedimento – Regimes distintos	400
6.	Objecção e exceção	402
7.	Procedimento da exceção de incompetência (no rito comum ordinário)	404
8.	Procedimento da exceção de impedimento e suspeição (no rito comum ordinário)	405
9.	As exceções no rito sumário	406
10.	Outros órgãos – Casos de suspeição e impedimento	407

Capítulo XXIII RECONVENÇÃO

1.	Noções introdutórias	409
2.	Análise da reconvenção à luz do Código de Processo Civil – Considerações gerais	410

2.1	Legitimação (ativa e passiva)	412
2.2	Conexão entre a reconvenção e a ação principal ou o fundamento de defesa	413
2.3	Competência do juízo	414
2.4	Existência de processo pendente (litispendência) e não preclusão da oportunidade do oferecimento de defesa	414
2.5	Compatibilidade de procedimentos	416
3.	Campo de aplicação da reconvenção	416
4.	Procedimento da reconvenção	418
4.1	Desistência da ação (autonomia da reconvenção)	419

Capítulo XXIV REVELIA

1.	Noções introdutórias e conceito	421
2.	Presunção de veracidade dos fatos não contestados	425
2.1	Exceções à aplicação da presunção do art. 319	428
3.	Revelia e assistência	431
4.	Revelia e reconvenção	432
5.	Revelia e julgamento antecipado da lide (simplificação do procedimento)	432
6.	Revelia e cautelar	434

Capítulo XXV AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL

1.	Noções introdutórias	436
2.	Conceito de questão prejudicial	440
3.	Procedimento da ação declaratória incidental	442
4.	Distinção entre ação declaratória incidental e reconvenção	444

Capítulo XXVI JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

1.	Fase de saneamento do processo: providências preliminares – Oportunidade em que devem ser tomadas	447
1.1	Providências preliminares – Em que consistem	447
2.	Julgamento conforme o estado do processo	449

Capítulo XXVII TEORIA GERAL DAS PROVAS

1.	As provas – Noções introdutórias	455
2.	Objeto e destinatário da prova	459
3.	As provas e o julgamento antecipado da lide	461
4.	O juiz e a atividade probatória	462
5.	Princípios regentes da prova	466
6.	Ônus da prova	467

Capítulo XXVIII PROVA TESTEMUNHAL, DEPOIMENTO PESSOAL E CONFESSÃO

1.	Noções introdutórias	475
2.	Dos que podem depor	476

3. Contradita	480
4. Obrigação da testemunha	480
5. Direitos da testemunha	485
6. Admissibilidade da prova testemunhal	485
7. Produção da prova testemunhal	487
8. Momento da produção da prova testemunhal e a testemunha referida	490
9. Acareação	491
10. Depoimento pessoal	491
11. Interrogatório do art. 342 do CPC	495
12. Confissão	496
12.1 Confissão e reconhecimento jurídico do pedido	496
12.2 Necessidade de poderes especiais do advogado e do mandatário	497
12.3 Confissão espontânea e provocada (art. 349)	497
12.4 Confissão e litisconsórcio	497
12.5 Eficácia probatória da confissão extrajudicial	498
12.6 Indivisibilidade da confissão	499

Capítulo XXIX PROVA PERICIAL E INSPEÇÃO JUDICIAL

1. Generalidades	500
2. Requisitos da perícia	506
3. Âmbito da perícia	506
4. Procedimento	506
4.1 Deveres do perito	508
4.2 Escusa do perito	508
4.3 Prazo do laudo	508
4.4 Direitos do perito	509
5. Quem pode ser perito	513
6. Responsabilidade do perito	514
7. Perícias especiais	515
8. Inspeção judicial	516

Capítulo XXX PROVA DOCUMENTAL, FALSIDADE DOCUMENTAL E EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO

1. Conceito de documento	519
2. Autor do documento	520
3. Conteúdo e eficácia do documento	520
4. Forma como substância do documento	522
5. Documento – Outras considerações	523
6. Momento da produção da prova documental	523
7. Documentos públicos e particulares	525
8. Documentos e autenticidade	527
8.1 Arts. 387 a 389 – Limites da autenticidade dos documentos públicos e particulares	528
9. Extensão subjetiva da validade	529

10. Data do documento	529
11. Telegramas, cartas e registros domésticos	530
12. Livros comerciais	530
13. Reprodução mecânica	531
14. Arguição de falsidade documental	532
14.1 Vantagens do incidente de falsidade	536
14.2 Em que espécie de falsidade cabe a ação incidental de arguição de falsidade do art. 390 e ss.	536
15. Exibição de documentos	537
15.1 Requisitos da exibição de documento ou coisa (contra a parte e contra terceiros)	538
15.2 Exibitória incidente e preparatória	540
15.3 Exibição contra terceiro	540
15.4 Escusa de exhibir documento ou coisa (aplicável tanto à parte como a terceiros)	542

Capítulo XXXI

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO NO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO

1. Noções introdutórias	543
2. Publicidade	544
3. Atribuições do juiz	546
4. Conciliação	547
5. Instrução e julgamento	550

Capítulo XXXII

PROCEDIMENTO SUMÁRIO

1. Noções introdutórias	553
2. Características	555
3. Hipóteses do art. 275	560
3.1 Inciso I	560
3.2 Inciso II	562
4. O procedimento sumário propriamente dito – Aplicação subsidiária das regras do procedimento ordinário	568
5. As reformas processuais	571

Capítulo XXXIII

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

1. Considerações preliminares e características da Lei 9.099/95	573
2. Causas que podem ser ajuizadas perante os Juizados Especiais Cíveis Estaduais ...	575
3. O procedimento nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais	581
4. Os Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal	598

Capítulo XXXIV

SENTENÇA E COISA JULGADA

1. Considerações gerais	603
1.1 Necessidade de fundamentação da sentença	607
1.2 Direito superveniente e erro material	608

2. Coisa julgada	612
2.1 A impropriamente denominada coisa julgada “formal”	615
2.2 Coisa julgada formal e material	617
2.3 A coisa julgada material recai sobre a parte dispositiva da sentença	620
2.4 Momento da formação da coisa julgada	621
2.5 Como se alega a coisa julgada	624
2.6 Relativização da coisa julgada material	626
3. Coisa julgada no Código de Processo Civil e em outros diplomas legais posteriores – Introdução às principais diferenças	631

Capítulo XXXV

NOÇÃO GERAL SOBRE O PROCESSO DAS AÇÕES COLETIVAS

1. Direitos difusos	633
2. Direitos coletivos	635
3. Direitos individuais homogêneos	635
4. Aspectos relativos à tutela desses direitos	638
5. Aspectos da coisa julgada no Código de Processo Civil	639
6. Aspectos da coisa julgada no Código do Consumidor	639
6.1 Coisa julgada e direitos difusos	639
6.2 Coisa julgada e direitos coletivos	645
6.3 Coisa julgada e direitos individuais homogêneos	646
6.4 Da suspensão das ações individuais (art. 104)	650
6.5 Aplicabilidade do sistema do Código do Consumidor	650
7. Outras ações	651
7.1 Ação civil pública (Lei 7.347/85 – Lei da Ação Civil Pública)	651
7.2 Ação popular (Lei 4.717/65 – Lei da Ação Popular)	652
8. Da limitação territorial prevista no art. 16 da Lei de Ação Civil Pública, introduzida pela Lei 9.494/97	652
9. Mandado de segurança coletivo	657
9.1 Pertinência temática	661
9.2 A exigência do caso concreto: o mandado de segurança preventivo	664
9.3 Coisa julgada no mandado de segurança coletivo	665
10. Controle de constitucionalidade e as ações coletivas	666

Capítulo XXXVI

RECURSO E SEU CONCEITO – TEORIA GERAL DOS RECURSOS – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1. Recurso e seu conceito	669
2. Princípios fundamentais regentes do sistema recursal no direito processual civil brasileiro	673
2.1 Duplo grau de jurisdição	673
2.2 Taxatividade dos recursos	677
2.2.1 Sucedâneos recursais e outras figuras relacionadas aos recursos	678
2.2.1.1 Sucedâneos recursais	678
2.2.1.1.1 Remessa obrigatória	678
2.2.1.1.2 Pedido de reconsideração	685

2.2.1.2	Ações autônomas de impugnação	688
2.2.1.2.1	Reclamação	689
2.2.1.3	Incidentes no processo	692
2.2.1.3.1	Uniformização de jurisprudência	692
2.2.1.3.2	Arguição de inconstitucionalidade	700
2.3	Os recursos e o princípio dispositivo	705
2.4	Princípio da singularidade recursal	708
2.5	Princípio da fungibilidade recursal – Generalidades	713
2.5.1	O art. 810 do CPC/39	719
2.5.2	Algumas hipóteses concretas à luz do direito vigente, em que pode ter aplicação o princípio da fungibilidade recursal	721
2.5.2.1	Indeferimento liminar da reconvenção e da ação declaratória incidental	721
2.5.2.2	A decisão que aprecia o incidente de falsidade	725
2.5.3	Requisitos para aplicação da fungibilidade hoje – Conclusões	726
2.5.4	Procedimento da fungibilidade recursal	728
2.5.4.1	Apelação como agravo de instrumento	728
2.5.4.2	Agravo de instrumento como apelação	729
2.6	Princípio da dialeticidade	729
2.7	Princípio da voluntariedade	731
2.8	Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias	731
2.9	Princípio da complementaridade – Princípio da consumação	731
2.10	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	733
3.	Recurso adesivo	736

Capítulo XXXVII JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

1.	Juízo de admissibilidade – Uma primeira idéia	739
2.	Juízo de admissibilidade e questões prévias	739
3.	Competência para apreciação das questões relativas ao juízo de admissibilidade ...	741
3.1	Competência do órgão <i>a quo</i> para apreciação da admissibilidade recursal e impossibilidade de incursão do órgão <i>a quo</i> no mérito recursal	742
4.	Momento em que os requisitos de admissibilidade devem ser aferidos pela instância <i>a quo</i> e pela instância <i>ad quem</i>	744
5.	Natureza da decisão a respeito da presença ou não dos requisitos de admissibilidade dos recursos – Sua implicação no momento da fixação do trânsito em julgado	746
6.	Caráter substitutivo da decisão da instância <i>ad quem</i>	750
7.	Os requisitos de admissibilidade dos recursos	752
7.1	Cabimento	753
7.2	Legitimidade para recorrer	755
7.2.1	Legitimação das partes	756
7.2.2	Legitimação do órgão do Ministério Público	757
7.2.3	Legitimação do terceiro prejudicado	757
7.3	Interesse recursal	758
7.3.1	Necessidade de recorrer	759
7.3.2	Utilidade em recorrer	760
7.3.3	O interesse recursal e algumas hipóteses concretas	760
7.3.4	O interesse recursal e o Ministério Público	762

7.4	Tempestividade	763
7.4.1	Horário dos atos processuais	767
7.4.2	Os prazos e o revel	767
7.4.3	O benefício do art. 188	769
7.5	Regularidade formal	770
7.6	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer	773
7.7	Fatos impeditivos	775
7.8	Preparo	776

Capítulo XXXVIII
RECURSO DE APELAÇÃO

1.	Generalidades	780
2.	Apelação contra sentença definitiva	782
3.	Da apelação parcial	788
4.	Apelação contra sentença terminativa	789
5.	Requisitos da apelação	790
6.	Princípio do <i>tantum devolutum quantum appellatum</i> – Extensão e profundidade do efeito devolutivo na apelação	791
7.	<i>Reformatio in pejus</i>	796
8.	Procedimento do recurso de apelação	796
9.	Apelação e preparo	801
10.	Recurso ordinário constitucional	802

Capítulo XXXIX
RECURSO DE AGRAVO

1.	Considerações iniciais – O agravo previsto no art. 496, II, do CPC – Outros recursos de agravo previstos na legislação	808
2.	Prazo de interposição	810
3.	Modalidades de agravo	812
4.	Agravo retido	814
5.	O agravo de instrumento	820
6.	O agravo e o efeito suspensivo	825
7.	Outras questões	826

Capítulo XL
RECURSO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS

1.	Natureza. Cabimento	829
2.	Caráter infringente dos embargos declaratórios	834
3.	Prazo dos embargos e prazos de outros recursos	836
4.	Embargos de declaração com fins de prequestionamento	838

Capítulo XLI
RECURSO DE EMBARGOS INFRINGENTES

1.	Generalidades	842
2.	Embargos infringentes e remessa necessária	844
3.	Cabimento	846
4.	Efeito devolutivo dos embargos infringentes. Efeito suspensivo dos embargos infringentes	849

5. Admissibilidade dos embargos infringentes	851
6. O problema do voto vencido e não declarado	853
7. Questões de ordem pública	854

Capítulo XLII

RECURSO ESPECIAL – RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Alguns aspectos introdutórios	856
2. Raiz constitucional do recurso especial	859
2.1 A leitura do inc. III do art. 105	860
2.1.1 O que significa “causas decididas”	860
2.1.2 O que significa “em única ou última instância”	860
2.1.3 Decisão proferida por tribunal	861
2.2 As alíneas <i>a</i> até <i>c</i> do inc. III do art. 105	862
3. Prequestionamento	871
3.1 As expressões prequestionamento explícito e implícito	874
3.2 O prequestionamento numérico	875
3.3 Prequestionamento e matéria cognoscível de ofício	876
3.4 Primeiras conclusões	879
4. Forma de interposição do recurso especial – Repasse das hipóteses constitucionais de cabimento do recurso especial	879
4.1 Efeitos do recurso especial	881
5. Efeitos dos recursos. Generalidades. Peculiaridades do recurso especial	882
5.1 O efeito devolutivo. Sua amplitude no caso do recurso especial	882
5.2 O efeito suspensivo e o recurso especial – Ainda o efeito devolutivo no recurso especial	884
5.2.1 Execução provisória	885
5.2.2 Uso de medidas cautelares para atribuir efeito suspensivo ao recurso especial	886
6. Cisão do juízo de admissibilidade do recurso especial	888
6.1 Natureza da decisão acerca do juízo de admissibilidade	889
6.1.1 A questão do termo <i>a quo</i> do prazo para propositura de ação rescisória	889
7. Admissão do recurso especial pela instância <i>a quo</i> – Processamento do especial (e do extraordinário, quando houver)	890
7.1 Processamento do recurso especial que versar questões repetitivas – Lei 11.672/08	891
8. Agravo de decisão denegatória de seguimento de recurso especial e de recurso extraordinário	893
9. Hipótese das Súmulas 126 do STJ e 283 do STF	895
10. A questão do preparo e o recurso especial	896
11. Recursos especial e extraordinário retidos	898
12. Recurso extraordinário	901
12.1 As hipóteses de cabimento de recurso extraordinário	903
12.2 Processamento do extraordinário dentro do STF	911
12.3 Efeitos do recurso extraordinário – Efeito devolutivo – Efeito suspensivo	911
13. Últimas considerações acerca dos recursos especial e extraordinário – Questões práticas	912
13.1 Repercussão geral no recurso extraordinário – Novo requisito de admissibilidade	913

Capítulo XLIII
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NOS RECURSOS
ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO

1. Considerações preliminares	922
2. Hipóteses de cabimento	923
3. O acórdão paradigma	927
4. Matérias suscetíveis de serem discutidas em embargos de divergência	929
5. Requisitos (extrínsecos) de admissibilidade	931
5.1 Prazo de interposição	931
5.2 Regularidade formal	931
5.3 Preparo	932
6. Efeitos	932
7. Processamento	933

Capítulo XLIV
OS PODERES DO RELATOR

1. Considerações iniciais	936
2. Análise da evolução dos poderes do relator	936
3. O julgamento de acordo com súmulas e jurisprudência dominante	940
4. Do provimento de mérito pelo relator, isoladamente	941
5. A questão da aplicação de multa	945

Capítulo XLV
AÇÃO RESCISÓRIA

1. Considerações iniciais	946
2. Ação rescisória e seu objeto	951
3. Análise das hipóteses de cabimento da ação rescisória (art. 485)	956
4. Art. 485, I: prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	956
5. Art. 485, II: juiz impedido ou absolutamente incompetente	958
5.1. Objeção e exceção – Dois conceitos distintos	959
6. Art. 485, III: dolo da parte vencedora ou colusão entre as partes para o fim de fraudar a lei	960
7. Art. 485, IV: ofensa à coisa julgada	962
8. Art. 485, V: violação a literal disposição de lei	964
9. Art. 485, VI: prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória	967
10. Art. 485, VII: depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar provimento favorável	970
11. Art. 485, VIII: houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença	971
12. Art. 485, IX: fundada em erro de fato, resultado de atos ou de documentos da causa	973
13. O prazo de dois anos	974
14. Legitimidade	978
15. Petição inicial	979
16. Procedimento	983
BIBLIOGRAFIA	985
ÍNDICE ONOMÁSTICO	1027
ÍNDICE LEGISLATIVO	1037
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1065